



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume I - Tramitação Matéria

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para "apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor."

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal e dos arts. 74, III, e 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 (onze) membros titulares e número de membros suplentes igual à metade dos titulares mais um, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o *modus operandi* de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvidas de que a criminalidade no Brasil se apresenta como uma das grandes preocupações no cotidiano dos cidadãos brasileiros, frequentemente rodeados por uma sensação crescente de insegurança e medo, em pequenas e grandes cidades e em áreas com alto índice de desigualdade social. Tal percepção é fruto da violência e da letalidade com que atuam os grupos criminosos organizados, bem como da ausência de uma efetiva punição.

Essa realidade se faz perceptível, por exemplo, pela recente expansão e fortalecimento das facções criminosas no estado do Ceará, com um aumento



exponencial de chacinas, a revelar a intensa disputa de territórios. Antes sob a influência de grupos locais, a região tem passado pela investida de grandes facções nacionais, interessadas no controle de áreas estratégicas.

Em junho de 2024, também a título exemplificativo, foi amplamente noticiada chacina ocorrida na cidade de Viçosa do Ceará, em que sete pessoas foram mortas a tiros, tendo sido rendidas e enfileiradas antes de serem brutalmente assassinadas.

O presente ano também se iniciou com notícias alarmantes. Na primeira quinzena de janeiro, o Governo Federal autorizou o envio da Força Nacional a Rondônia para conter os ataques criminosos ocorridos em Porto Velho e Mirante da Serra, em razão da atuação de facções criminosas naquele estado. Segundo as autoridades locais, os ataques são uma reação à Operação Aliança Pela Vida, Moradia Segura, concentrada em conjuntos habitacionais dominados por organizações criminosas, tendo já resultado na retomada de 70 apartamentos invadidos por criminosos que haviam expulsado os respectivos moradores, bem como na apreensão de drogas e armas.

São notórios os altíssimos indicadores de homicídios também em diversos outros estados, como Amapá, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Amazonas, os quais figuraram como os mais violentos em ranking nacional elaborado a partir do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O Amapá, que lidera a lista do ano de 2023, teve 69,9 mortes violentas por 100 mil habitantes, o equivalente ao triplo da média nacional.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), através do aludido Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, cuja fonte são os boletins de ocorrência produzidos pelas Polícias Civis, houve 47,3 mil mortes violentas intencionais no ano de 2022, possuindo o país uma taxa de mortalidade de 23,3 a cada 100 mil habitantes. Por sua vez, os Indicadores de Percepção Social (SIPS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ainda que os dados careçam de atualização (a pesquisa remonta a 2012),



apontam que o medo de ser assassinado acomete 62,4% dos brasileiros, percentual esse que aumenta nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, chegando a 72,9% e 70,4%, respectivamente.

Mencionem-se também os recorrentes confrontos entre facções e milícias, ambas atuando de modo absolutamente ilícito, colocando a população em risco, por se situar frequentemente na linha de tiro, tal como sucede, entre outras localidades, no Rio de Janeiro, em que são abundantes as notícias de civis mortos em razão do confronto entre elas.

É justamente nesse contexto que têm ganhado cada vez mais notoriedade as organizações criminosas, entre as quais as referidas facções (há 72 no Brasil, de acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais), cujo papel tem sido fundamental no aumento da violência nas comunidades brasileiras, considerando-se que houve, nos últimos anos, um fortalecimento substancial em suas estruturas, organizações e financiamentos.

Um marco dessa evolução se deu, segundo o jornal “El País”, pelo rompimento entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) no ano de 2016, culminando com o enfraquecimento do domínio exclusivo de que gozavam, permitindo, em consequência, o surgimento de ramificações e novas organizações criminosas no Brasil para disputar territórios e mercados na venda ilegal de drogas e armas.

Tais disputas ficaram mais explícitas nas rebeliões e revoltas dentro dos presídios estaduais e federais do Brasil, a exemplo do emblemático caso da rebelião no presídio de Manaus - Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) - em 2017. Oriunda do confronto entre o PCC e o Comando Vermelho pela disputa de controle do presídio, o confronto deixou 60 mortos.

As organizações criminosas no Brasil surgiram a partir da década de 70, dentro dos próprios presídios. No começo, consistiam apenas em grupos isolados, pequenos numericamente e sem grandes estruturas e divisões. Atualmente,



contudo, possuem um enorme aparato bélico, tático e financeiro, funcionando como grandes corporações empresariais do crime.

Esse movimento de criação das quadrilhas nas comunidades brasileiras vem da migração dos cidadãos do campo para as cidades nas décadas de 70 a 80, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Com o êxodo rural bastante acelerado, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro, somado à baixa oportunidade de empregos, baixos salários, aumento de moradias irregulares nas favelas e a acentuação da desigualdade social da população local, criou-se o cenário adequado para o surgimento de mazelas sociais que propiciaram o desenvolvimento da criminalidade, em especial furtos, roubos e tráfico de drogas.

Nessa conjuntura e diante da necessidade de sobreviver a qualquer custo e sem assistência do Estado para o sustento próprio, muitos indivíduos passaram a protagonizar o cometimento de ilícitos penais. Nessa esteira, com o aumento da criminalidade nessas localidades, os grupos se estruturavam e ampliavam seu território e alcance de mercado.

Nesse mesmo contexto, as penitenciárias brasileiras começaram a iniciar um processo de superlotação, de modo que os criminosos passaram a se organizar melhor dentro dos presídios para a proteção de seus próprios interesses, bem como para a exploração de mercados ilegais dentro das cadeias.

O mercado descoberto pelos detentos, altamente lucrativo, era o do tráfico ilegal de drogas, principalmente de maconha e cocaína. Quanto a esta última, atualmente, estima-se o potencial faturamento de R\$ 335,1 bilhões em caso de venda, para a Europa, de toda a substância que passa pelo território brasileiro anualmente.

Nessa modalidade de crime, notava-se a alta taxa de lucro, mas também se exigia sofisticada logística para funcionamento, outro motivo que levou as facções a se estruturarem de forma adequada para implementarem a atuação nessa nova seara.



Assim, ao conseguir comprar, fabricar e vender as drogas dentro e fora dos presídios, esses grupos crescem financeiramente, podendo, assim, armar-se, subornar agentes penitenciários, policiais e mesmo políticos. Com a alta lucratividade, era preciso ainda camuflar, esconder e lavar o dinheiro auferido através de empresas fantasmas e laranjas.

Nesse percurso de desenvolvimento criminoso, outras modalidades de crimes surgem concomitantemente, a exemplo do tráfico de armas, de carros, de cargas, sequestros, sem prejuízo da tomada de territórios.

As facções criminosas ampliam seus poderes nos anos 2000 com a união do Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, anteriormente referidos. Ambos, atualmente entre as principais e mais poderosas facções do Brasil, conseguiram dominar dezenas de presídios do país e se instalar nos diferentes estados brasileiros.

O PCC e o CV tornam-se, portanto, altamente poderosos e influentes, pois muitas outras organizações criminosas menores aceitavam fazer parte de seus grupos e auxiliá-los nas demandas ilícitas de cada região da federação. Não se ignora que foram responsáveis por diversas rebeliões em presídios, tanto para exigir melhores condições das penitenciárias quanto para dominar grupos que não aceitavam ceder espaço nas comunidades.

Uma situação bastante peculiar, causada pelo Primeiro Comando da Capital, foi liderada por Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, apontado como líder máximo da facção criminosa. Essa rebelião ocorreu em fevereiro de 2001 e atingiu 29 unidades prisionais ao mesmo tempo, havendo 14 detentos mortos e 19 agentes penitenciários feridos.

Como se antecipou, no ano de 2016, a aliança entre o PCC e o CV terminou, com grandes mudanças nas estruturas e hierarquias das organizações criminosas no país. A partir dessa ruptura, diversas quadrilhas passaram a almejar o poder dentro e fora dos presídios, na venda de drogas, armas e lavagem de dinheiro.



Além do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho, outras facções criminosas têm protagonizado uma crescente e preocupante atuação nos mais diferentes estados brasileiros. Faz-se necessário tecer alguns breves comentários a respeito delas.

A Família do Norte, facção que cresceu no ano de 2010, possui participação forte e dominante no Estado do Amazonas, região estratégica para o tráfico internacional de drogas. Assim como as demais organizações criminosas no Brasil, seu foco maior é o comércio ilegal de entorpecentes, sem prejuízo de assaltos a bancos, especialmente de municípios isolados e sem vigilância constante. Segundo o jornal “El País”, o grupo se associou ao Comando Vermelho, fazendo com que o PCC perdesse força no Amazonas.

O Bonde dos 13, por sua vez, é uma facção criada em 2013, no estado do Acre, cuja atividade principal é o tráfico de drogas, o roubo de bancos e a atuação em extorsões dos comerciantes locais. Suas atuações chamam atenção também pela forma brutal com que são cometidos os assassinatos no estado em questão.

Ainda no norte do país, destaca-se a atuação da Família Terror do Amapá, estado que, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2023, foi considerado, como já se mencionou, aquele com mais mortes, proporcionalmente, no país. Trata-se de um reflexo de como essa facção vem atuando de forma significativa na alta violência e criminalidade da região.

A região Nordeste, segundo o portal de notícias R7, é a que possui a maior quantidade de organizações criminosas no país, figurando como a região de maior violência entre elas, considerando-se que muitas facções possuem dominação territorial por bairros e bairrões. No Ceará, 80% dos homicídios registrados têm ligação direta com a atuação das facções criminosas.

Em acréscimo, uma nova modalidade criminosa que vem se expandindo fortemente em muitas regiões do país é a que se convencionou chamar de “novo cangaço”. Trata-se de uma espécie de atuação cujo objetivo



é o de atacar sobretudo agências bancárias em cidades pequenas, em que há dinheiro custodiado, e nas quais não há estrutura suficiente para o enfrentamento de criminosos fortemente armados. Em alguns episódios, além da explosão de caixas eletrônicos e cofres, os criminosos chegam a manter reféns para evitar a aproximação das forças policiais.

Esse panorama de expansão do “novo cangaço”, com o emprego dos métodos que lhe são peculiares, escancara uma inegável preocupação com a também crescente participação das grandes facções no financiamento de ações extremamente violentas perpetradas por meio dessa nova variante de prática criminosa.

Além das facções criminosas, verdadeiro braço do crime organizado no Brasil, é imperioso destacar a atuação das milícias, entendidas como grupos ou espécies de organização criminosa formadas, em regra, por agentes de segurança pública, fortemente armados e treinados, que atuam de maneira ilícita sob a alegação de combater o tráfico ilegal de drogas. Ou seja, as milícias seriam espécies de grupos de proteção privados, pagos pelos cidadãos intimidados pela violência do tráfico.

As milícias podem se constituir também por grupos armados que disputam território com as demais organizações criminosas. Seu modo de agir se dá, geralmente, pela extorsão financeira, em forma de aluguel, e pela exploração clandestina dos serviços de gás, energia, agiotagem, venda de imóveis, água, etc., oferecendo, em contrapartida, serviço ilícito de segurança privada.

As milícias geralmente se concentram em grupos menores numericamente, em comparação com as facções de tráfico de drogas, e também são discretas ao se autointitular e nomearem. Aquela que possui maior relevância, influência e dimensão é a milícia Bonde do Zinho.

Considerada a maior milícia do Brasil, detém um verdadeiro arsenal de guerra para subjugar moradores, comerciantes e empresários em boa parte da



Zona Oeste do Rio de Janeiro. Através de uma operação realizada em 2022, as forças policiais do Rio de Janeiro apreenderam 39 fuzis, dos quais 20 do modelo americano AR-15, capazes de atingir alvos a uma distância de 600 metros.

Essas circunstâncias peculiares, infelizmente, fazem com que o Brasil se situe entre os vinte países mais violentos do planeta, de acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

As consequências econômicas desse cenário para o país são assustadoras. Estima-se um ônus de R\$ 453,5 bilhões a empresas em 2022, de acordo com estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Na mesma linha, os custos diretos e indiretos da criminalidade institucionalizada e da violência giram em torno de 1,8% e 4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Sucede, contudo, como bem apontado em estudo conduzido pela Esfera Brasil e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que o Brasil não dispõe de mecanismos formais de coordenação capazes de indicar metas e prioridades comuns entre os diferentes atores estatais, cujas ações têm impacto direto na eficiência e na efetividade da segurança pública. Em consequência, nota-se grave falha no enfrentamento às organizações criminosas, em razão da confusão entre instâncias de tramitação.

Na mesma pesquisa, aponta-se a necessidade de identificar os recursos ilícitos e bloqueá-los tempestivamente, combatendo frontalmente a lavagem de dinheiro, e fazendo secar a fonte de financiamento das organizações criminosas.

Do mesmo modo, não há atualmente na atuação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Polícia Federal, e de demais órgãos, protocolos padronizados para a utilização das informações de inteligência produzidas, de sorte que os vários sistemas de informação e inteligência



disponíveis acabam por contribuir de forma bem menos intensa do que suas funcionalidades e tecnologias permitiriam.

Muito embora a realidade em tantos estados brasileiros seja assombrosa, não se pode deixar de consignar a existência de entes federativos com números historicamente positivos, bem como de outros que lograram alcançar resultados expressivos no combate ao crime organizado.

É o caso de Santa Catarina, estado em que metade de seus 295 municípios, no ano de 2023, não registrou um único caso de homicídio, e no qual, desde 2017, o número de assassinatos decresceu em 47%. Avanços igualmente sólidos também têm sido verificados em estados como Sergipe, Goiás, Rio Grande do Sul, Pará e Espírito Santo.

A forma de proceder desses estados deve ser também examinada, com vistas a uma possível replicação em âmbito nacional, com as devidas adaptações, evidentemente, em virtude das características e circunstâncias concretas de cada localidade.

Feita essa ressalva, de modo geral se está diante de um preocupante estado de coisas, o qual torna imprescindível a atuação investigativa do Poder Legislativo, através de CPI especialmente constituída para tanto, como forma de oferecer ao país soluções legislativas capazes de tirá-lo do precipício em que o crime organizado e a ineficiência estatal o lançaram.

Nesse contexto, é absolutamente necessário que o Senado da República, em legítimo exercício da prerrogativa do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, constitua comissão parlamentar de inquérito com o objetivo de apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o *modus operandi* de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a



identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Para esse fim, conta-se com o apoio dos nobres pares no sentido da aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

Fontes:

a) Insegurança pública no Brasil

<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/132/sips-sistema-de-indicadores-de-percepcao-social-seguranca-publica>

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/16/politica/1534446775_776752.html

<https://exame.com/brasil/numero-de-mortes-violentas-no-brasil-cai-24-em-2022-e-atinge-menor-patamar-de-serie-historica/>



<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/seguranca-publica-solucao-depender-participacao-social/seguranca-publica-solucao-depender-participacao-social>

<https://esferabrasil.com.br/artigos/estudo-inedito-reune-dados-sobre-reflexos-do-crime-organizado/>

<https://exame.com/brasil/os-10-estados-mais-violentos-do-brasil-segundo-anuario-de-seguranca-publica/>

https://veja.abril.com.br/brasil/os-estados-mais-vitoriosos-contra-o-crime-em-meio-a-crise-de-seguranca#google_vignette

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2025/01/14/governo-federal-autoriza-envio-da-forca-nacional-a-rondonia.htm>

<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2023/07/03/novo-cangaco-entenda-o-crime-que-destruiu-bancos-e-assustou-moradores-em-santa-branca-sp.ghtml>

b) História das facções no Brasil



<https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios-a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras-05-50/#:~:text=Amigos%20dos%20Amigos%2C%20Comando%20Vermelho,Norte%20a%20Sul%20do%20pa%C3%ADs>

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/crime-organizado-no-brasil-fenomeno-se-originou-na-decada-de-70.htm>

<https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/09/11/operacao-paz-mobiliza-policiais-civis-de-12-estados-contr-a-violencia-nas-ruas-bahia-tem-o-maior-numero-de-mortes-desde-2019.ghtml>

c) Principais organizações criminosas no território brasileiro

<https://noticias.r7.com/jr-na-tv/series/as-53-faccoes-criminosas-do-brasil-10022022>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45095399>

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51699219>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/07/18/quem-e-o-lider-comando-vermelho.htm>



https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477406310_192891.html

<https://www.camara.leg.br/radio/programas/271725-especial-presidios-a-historia-das-faccoes-criminosas-brasileiras-05-50/#:~:text=Amigos%20dos%20Amigos%2C%20Comando%20Vermelho,Norte%20a%20Sul%20do%20pa%C3%ADs.>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/a-opinio-da-populacao-sobre-a-seguranca-publica-no-brasil>

<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2023/11/6653709-novo-cangaco-tentam-se-instalar-em-goias-para-ataque-a-bancos.html>

<https://oantagonista.com.br/brasil/a-guerra-entre-faccoes-criminosas-no-ceara/>

d) *Modus operandi* e demais características das milícias

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/11/16/qual-a-diferenca-entre-pcc-trafico-e-milicia.htm>



<https://veja.abril.com.br/brasil/conheca-o-arsenal-de-guerra-da-maior-milicia-do-pais>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/09/13/milicia-cresce-161-e-ocupa-metade-do-territorio-do-crime-no-rj-diz-estudo.htm>

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/11/13/o-que-sao-as-milicias-que-surgiram-como-solucao-e-causam-terror-no-rio.htm>

<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-19/milicias-ja-dominam-um-quarto-dos-bairros-do-rio-de-janeiro-com-quase-60-do-territorio-da-cidade.html>

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cj5vz5pjv7yo>

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2025.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)





SENADO FEDERAL

Esta página foi gerada para informar os signatários do documento e não integra o documento original, que pode ser acessado por meio do QRCode

Criação da CPI do crime organizado

Assinam eletronicamente o documento SF255969796975, em ordem cronológica:

1. Sen. Alessandro Vieira
2. Sen. Lucas Barreto
3. Sen. Esperidião Amin
4. Sen. Wellington Fagundes
5. Sen. Astronauta Marcos Pontes
6. Sen. Margareth Buzetti
7. Sen. Confúcio Moura
8. Sen. Weverton
9. Sen. Sérgio Petecão
10. Sen. Eduardo Braga
11. Sen. Marcelo Castro
12. Sen. Hamilton Mourão
13. Sen. Ivete da Silveira
14. Sen. Eduardo Girão
15. Sen. Veneziano Vital do Rêgo
16. Sen. Fernando Farias
17. Sen. Flávio Arns
18. Sen. Sergio Moro
19. Sen. Damares Alves
20. Sen. Wilder Moraes

21. Sen. Magno Malta
22. Sen. Jorge Kajuru
23. Sen. Zequinha Marinho
24. Sen. Tereza Cristina
25. Sen. Flávio Bolsonaro
26. Sen. Jorge Seif
27. Sen. Carlos Portinho
28. Sen. Efraim Filho
29. Sen. Marcos Rogério
30. Sen. Styvenson Valentim



SENADO FEDERAL CPI do Crime Organizado

Tramitação

RQS 470/2025

17/06/2025

Leitura da matéria na sessão do SF nº 66, em 17/06/2025.

20/10/2025

A Presidência recebeu indicações das Lideranças e designa os seguintes Senadores para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito:

- SENADORES TITULARES: Alessandro Vieira (MDB/SE); Sergio Moro (UNIÃO - PR); Marcos do Val (PODEMOS - ES); Otto Alencar (PSD/BA); Jorge Kajuru (PSB/GO); Flávio Bolsonaro (PL/RJ); Magno Malta (PL/ES); Rogério Carvalho (PT/SE); e Jaques Wagner (PT/BA).

- SENADORES SUPLENTEs: Marcio Bittar (UNIÃO - PB); Eduardo Girão (NOVO/CE); e Fabiano Contarato (PT/ES).

04/11/2025

Na presente data, foi realizada a 1ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a sua instalação e foram eleitos como Presidente o Senador Fabiano Contarato, por votação secreta, e como Vice-presidente o Senador Hamilton Mourão, por aclamação. O Senador Alessandro Vieira foi designado relator do colegiado. Em seguida, foram aprovados o Plano de Trabalho e os seguintes requerimentos apresentados pelo relator, Senador Alessandro Vieira:

1/2025 - Requer que sejam convidados os Governadores e Secretários dos estados relacionados, para apresentar uma visão geral sobre o crime organizado no Brasil, considerando sua experiência e conhecimento sobre o tema.

2/2025 - Alessandro Vieira - Requer o envio de convite aos Srs. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública; José Mucio Monteiro Filho, Ministro da Defesa; Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal; Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência Policial da Polícia Federal; Antônio Glauter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN); e Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

3/2025 - Alessandro Vieira - Requer sejam convidados os especialistas Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça; Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Joana da Costa Martins Monteiro, Professora e pesquisadora; e Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador.

4/2025 - Alessandro Vieira - Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, e em especial, sobre o controle de armas, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025).

5/2025 - Alessandro Vieira - Requer seja sugerida ao Presidente da Câmara dos Deputados a urgência na tramitação das proposições legislativas aprovadas no Senado Federal, relativas ao endurecimento das sanções aplicadas a adolescentes infratores (PL 1.473/2025) e ao "Pacote Anticrimes Violentos" (PL 4.809/2024).

6/2025 - Alessandro Vieira - Requer, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o envio de dados, relatórios e documentos de que dispõe o respectivo Ministério e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, abrangendo o período de 2021 a 2025.

7/2025 - Alessandro Vieira - Requer o envio de convite aos Senhores: Sr. Josmar Jozino, jornalista investigativo do portal UOL; Sr. Rafael Soares, jornalista investigativo do jornal O Globo; Sra Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado; Sr. Bruno Paes Manso, jornalista investigativo e pesquisador do NEV-USP; Sr. Allan de Abreu, jornalista investigativo da revista Piauí; Sr. Rodrigo Pimentel, articulista e consultor em segurança pública, para comparecerem a esta CPI.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 1ª reunião;
- 2) Lista de votação secreta da eleição para Presidente;
- 3) Ofício nº 1/2025 - CPICRIME, que informa ao Presidente do Senado Federal a instalação da Comissão, o preenchimento do cargo de Presidente, Vice-Presidente e a designação de relator;
- 4) Decisão da Comissão.

18/11/2025

Na presente data, foi realizada a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues. O Sr. Leandro Almada da Costa não compareceu, porém justificou sua ausência. A Presidência comunicou aos membros da CPI, nos termos do art. 89, I, do RISF, as normas de funcionamento da CPICRIME. A comissão aprovou extrapauta o seguinte requerimento:

20/2025 - Angelo Coronel - Convida o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, para prestar informações.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 2ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão.

19/11/2025

Na presente data, foi realizada a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes. O Sr. Lincoln Gakiya não compareceu, porém justificou sua ausência.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 3ª reunião.

25/11/2025

Na presente data, foi realizada a 4ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Lincoln Gakiya e do Sr. Leandro Almada da Costa.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 4ª reunião.

26/11/2025

Na presente data, foi realizada a 5ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, foram realizadas as oitivas do Senhores Bruno Paes Manso e Renato Sérgio de Lima. Foram aprovados os seguintes requerimentos:

19/2025 - Senador Angelo Coronel - Solicita o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para comparecer a esta CPI.

32/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita o envio de convite ao Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político, para comparecer a esta CPI.

35/2025 - Senador Jorge Kajuru - Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Coaf, para comparecer a esta CPI.

36/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, para comparecer a esta CPI.

50/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita o envio de convite ao Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Comandante da Aeronáutica, para comparecer a esta CPI.

51/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil, para comparecer a esta CPI.

52/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Diretor do Coaf, para comparecer a esta CPI.

53/2025 - Senador Eduardo Girão - requer o envio de convite ao Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, para comparecer a esta CPI.

54/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, para comparecer a esta CPI.

59/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita o envio de convite ao Sr. Mário Luiz Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública, para comparecer a esta CPI.

60/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita o envio de convite ao Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, para comparecer a esta CPI.

63/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita que o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, preste informações sobre relatórios, estudos e cooperações relacionadas ao enfrentamento de organizações criminosas no Brasil e no exterior.

64/2025 - Senador Eduardo Girão - Solicita que o Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, preste informações sobre políticas, ações e levantamentos relativos à atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário brasileiro.

65/2025 - Senador Marcio Bittar - Requer o envio de convite ao Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, Comandante Militar da Amazônia, para comparecer a esta CPI.

66/2025 - Senador Marcio Bittar - Solicita que o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, encaminhe informações sobre o crime organizado na região amazônica.

83/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita, por intermédio do Ministério da Defesa, informações sigilosas ao Comandante da Força Aérea Brasileira.

84/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita que o Comandante da Marinha do Brasil preste informações em caráter sigiloso.

85/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita que o Comandante do Exército Brasileiro encaminhe informações sigilosas.

86/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita ao Comandante do Exército Brasileiro, por meio do Ministério da Defesa, informações sigilosas sobre operações realizadas nos últimos cinco anos.

88/2025 - Senador Jorge Kajuru - Requer ao Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações sigilosas.

97/2025 - Senador Jorge Kajuru - Solicita que o Comandante da Força Aérea, por meio do Ministério da Defesa, preste informações sigilosas.

104/2025 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Deputado Estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva para prestar depoimento perante esta CPI.

105/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita a disponibilização de um servidor do Coaf para apoio técnico-investigativo à CPI até o encerramento de suas atividades.

106/2025 - Senador Alessandro Vieira - Requer a disponibilização de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal para apoio técnico-investigativo à CPI até o encerramento de suas atividades.

107/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita a disponibilização de um Auditor do Banco Central do Brasil para apoio técnico-investigativo à CPI.

108/2025 - Senador Alessandro Vieira - Requer a disponibilização de dois Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil para apoio técnico-investigativo à CPI até o encerramento das atividades.

109/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita a disponibilização de três servidores da Polícia Federal (delegado, agente e perito) para apoio técnico-investigativo à CPI.

110/2025 - Senador Alessandro Vieira - Requer a disponibilização de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários para apoio técnico-investigativo à CPI.

111/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita ao Ministério Público Federal a disponibilização de dois Procuradores da República para apoio técnico-investigativo às atividades da CPI.

112/2025 - Senador Alessandro Vieira - Requer a disponibilização de servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União para apoio técnico-investigativo à CPI.

113/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita a disponibilização de Auditor Federal de Controle Externo do TCU para apoio técnico-investigativo à CPI.

114/2025 - Senador Alessandro Vieira, requer a disponibilização de dois Auditores Federais de Finanças e Controle da CGU para apoio técnico-investigativo à CPI.

115/2025 - Senador Alessandro Vieira - Solicita a convocação do Sr. Conrado Leister, diretor-geral da Meta no Brasil, para prestar depoimento perante esta CPI.

116/2025 - Senador Rogério Carvalho - Solicita o envio de convite à Sra. Camila Nunes Dias, professora do Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC.

117/2025 - Senador Rogério Carvalho - Solicita o envio de convite à Sra. Letícia Cruxen Godinho, especialista em segurança na América Latina.

118/2025 - Senador Rogério Carvalho - Requer o envio de convite ao Professor Doutor Maurício Stegeman Dieter, da Faculdade de Direito da USP.

119/2025 - Senador Sergio Moro - Solicita ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça informações sobre o cumprimento da Lei nº 14.843/2024, relativa ao exame criminológico para progressão de regime.

120/2025 - Senador Rogério Carvalho - Solicita o envio de convite à Juíza Vanessa

Juntados:

- 1) Lista de presença da 5ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão.

09/12/2025

Na presente data, foi realizada a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Ministro Ricardo Lewandowski. A comissão aprovou extrapauta os seguintes requerimentos:

137/2025 - Alessandro Vieira - Convida o Senhor Anthony Garotinho, ex-Governador e ex-Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, para comparecer a esta CPI.

138/2025 - Alessandro Vieira - Convoca o Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado Estadual, para comparecer a esta CPI.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 6ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão.

16/12/2025

Na presente data, foi realizada a 7ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Anthony Garotinho.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 7ª reunião.

17/12/2025

Na presente data, foi realizada a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e do Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 8ª reunião.

24/02/2026

Na presente data, foi realizada a 9ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva da Sra. Yana Dumaresq Sobral Alves, Diretora de Políticas Econômicas da Meta para a América Latina, em substituição ao Sr. Conrado Leister, conforme deferimento da presidência da CPI.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 9ª reunião.

25/02/2026

Na presente data, foi realizada a 10ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. A oitiva do Senhor Thiego Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, não foi realizada em virtude do não comparecimento do convocado.

A comissão aprovou os seguintes requerimentos:

41/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer, à Coordenação-Geral de Combate ao Crime Organizado (CGCCO/SENASP), o envio de informações detalhadas sobre as facções criminosas no Brasil, o novo cangaço e as ações de combate ao crime organizado no Brasil.

43/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. Delegado Uirá Ferreira do Nascimento, Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, para comparecer a esta CPI.

45/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Coronel Marcelo de Castro Corbage, Comandante do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), para comparecer a esta CPI.

58/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. General Tomás Miguel Ribeiro Paiva, Comandante do Exército, para comparecer a esta CPI.

67/2025 - Senador Marcio Bittar - Requer o envio de convite ao Sr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente

Nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOOC), para comparecer a esta CPI.

72/2025 - Senador Marcio Bittar - Requer o envio de convite ao Sr. Carlos Rocha Sanches, Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Acre, para comparecer a esta CPI.

73/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, José Renan Vasconcelos Calheiros Filho, informações sobre as ações, programas e medidas implementadas para combater a atuação de organizações criminosas nas rodovias federais, bem como sobre relatórios internos, auditorias, sindicâncias ou comunicações de irregularidades relacionadas à atuação de grupos criminosos ou à ocorrência de crimes no âmbito da infraestrutura rodoviária nacional, nos últimos cinco anos.

121/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, ex-CEO e sócio do Banco Master.

123/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Senhor Alberto Félix de Oliveira Neto, superintendente executivo de Tesouraria do Banco Master.

124/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Senhor Daniel Vorcaro, antigo controlador do Banco Master.

125/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Senhor Luiz Antônio Bull, ex-diretor de Riscos, Compliance, RH, Operações e Tecnologia do Banco Master.

126/2025 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master.

131/2025 - Senador Marcos do Val - Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, Presidente do Banco Master.

135/2025 - Senador Hamilton Mourão - Requer o envio de convite para comparecer a esta CPI às seguintes pessoas: Sr. Lucas de Moraes Gualtieri, Procurador Federal e Coordenador da Operação Trapiche (GAECO-MG); Sr. Christian Vianna de Azevedo, Oficial da Polícia Federal; Sr. Alberto Simonetti, Presidente da OABDF; Sra. Isabella Buim, especialista em compliance e criptoativos; Sra. Loretta Napoleoni, especialista sobre financiamento ao terrorismo; Sr. Emanuele Ottolenghi, especialista em redes de ameaças híbridas e financiamento do terrorismo; Sr. Armando Antão Cortez, Chefe do Secretariado para Análise Integral do Terrorismo Internacional (SAIT), Argentina.

139/2026 - Senador Sergio Moro - Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Edson Fachin, informações sobre os processos de concessão de escolta a magistrados e, especificamente, sobre o pedido de restabelecimento da escolta ao Juiz Federal aposentado Odilon de Oliveira.

140/2026 - Senador Magno Malta - Requer a convocação do Senhor José Eugênio Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

141/2026 - Senador Magno Malta - Requer a convocação do Senhor Paulo Humberto Barbosa para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

142/2026 - Senador Magno Malta - Requer a convocação do Senhor Mario Umberto Degani para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

143/2026 - Senador Magno Malta - Requer a convocação do Senhor José Carlos Dias Toffoli para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

144/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidada a Sra. Viviane Barci de Moraes (advogada), para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.

145/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidado o Sr. Paulo Humberto Barbosa, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado.

146/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Alexandre de Moraes, para comparecer a esta CPI do Crime Organizado.

147/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidado o Sr. Ministro do STF Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.

148/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidado o Sr. José Eugênio Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.

149/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer que seja convidado o Sr. José Carlos Dias Toffoli, para comparecer à esta CPI do Crime Organizado.

155/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, do

Banco Master S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.

156/2026 - Senador Magno Malta - Requer que sejam convidados representantes do Ministério Público do Estado do Paraná, da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Federal.

157/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Diretoria-Geral do Senado Federal, o envio de informações sobre os registros de entrada e saída do Sr. Augusto Ferreira Lima, ex-sócio e ex-executivo do Banco Master, nas dependências do Senado Federal.

160/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. José Carlos Dias Toffoli Cônego para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

161/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. José Eugênio Dias Toffoli, empresário.

162/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Augusto Ferreira Lima, do quadro societário do Banco Master.

163/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. Daniel Bueno Vorcaro, empresário.

164/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Ângelo Antônio Ribeiro da Silva, sócio do Banco Master.

165/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., nova denominação social de Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 29 de janeiro de 2026.

167/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel.

171/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. Guido Mantega para comparecer a esta CPI.

172/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. Rui Costa, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para comparecer a esta CPI.

173/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer o envio de convite ao Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central, para comparecer a esta CPI.

174/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil, o envio de informações sobre a identificação dos passageiros que adentraram a área de embarque destinada à aviação geral e executiva nos aeroportos de Brasília, Congonhas e Guarulhos, no ano de 2025, nos 90 minutos que antecederam quaisquer decolagens de quaisquer das aeronaves que especifica.

175/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e histórico de transferências de titularidade no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) vinculados a Daniel Vorcaro, à empresa Viking Participações S.A. e ao Banco Master S.A., bem como a demais pessoas jurídicas em que figura ou figurava como sócio, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

176/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Inframerica (Aeroporto Internacional de Brasília ? Presidente Juscelino Kubitschek), informações sobre registros eletrônicos e físicos de controle de acesso (logs de catracas, cancelas e portarias) relativos às áreas de aviação executiva e hangares do Aeroporto Internacional de Brasília, compreendendo todo o período do ano civil de 2025.

177/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Maridt Participações S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026.

178/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de janeiro de 2026.

179/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos.

180/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Banco Central o envio de processo, relatórios, comunicações e outras informações relacionadas à Reag Investimentos.

181/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor João Carlos Falbo Mansur, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

182/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Paulo Henrique Costa, presidente afastado do Banco de Brasília (BRB).

183/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Raphael Montenegro, ex-secretário de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro.

185/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil.

187/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Fabiano Campos Zettel, empresário, advogado e pastor.

188/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. João Carlos Falbo Mansur, empresário.

189/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Roberto Augusto Leme da Silva, apontado como responsável pela gestão das distribuidoras de combustíveis instrumentalizadas para a prática de lavagem de dinheiro.

190/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 15 de janeiro de 2026.

191/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de BK Instituição de Pagamento S.A.

192/2026 - Senador Jorge Kajuru - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Fictor Invest LTDA., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2026.

193/2026 - Senador Jorge Kajuru - Requer a convocação do Sr. Mohamad Hussein Mourad, apontado como comandante de um esquema de fraudes e lavagem de dinheiro articulado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

195/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, economista e ex-ministro da Economia do Brasil.

196/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB).

197/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer convocação do Sr. Danilo Berndt Trento, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin.

198/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação Sr. João Inácio Ribeiro Roma Neto, ex-Ministro da Cidadania e ex-Deputado Federal.

199/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro de estado da Cidadania.

202/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal, da empresa Tirreno Participações Ltda., referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.

203/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Sr. Francisco Emerson Maximiano, apontado como participante de um esquema de lavagem resultante do esquema de fraudes da Covaxin.

Foram retirados os seguintes requerimentos:

158/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação da Sra. Viviane Barci de Moraes, advogada.

184/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro.

186/2026 - Senador Jaques Wagner - Requer a convocação do Sr. Tarcísio Gomes de Freitas, Governador do Estado de São Paulo. Senador Jaques Wagner

194/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Sr. Ibaneis Rocha Barros Júnior, Governador do Distrito Federal.

Foram rejeitados os seguintes requerimentos:

200/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação da Sra. Letícia Caetano dos Reis, administradora.

201/2026 - Senador Randolfe Rodrigues - Requer a convocação do Senhor Ahmed Mohamad Oliveira (José Carlos Oliveira), ex-ministro do Trabalho e Previdência.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 10ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão;
- 3) Listas de votação nominal da 10ª reunião.

10/03/2026

Na presente data, foi realizada a 11ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva da Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do RJ.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 11ª reunião;
- 2) Aprovada a ata da 10ª reunião.

11/03/2026

Na presente data, foi realizada a 12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Foi realizada a oitiva de João Carlos Falbo Mansur, fundador e ex-presidente do Conselho de Administração da Reag Investimentos. A oitiva do Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, não foi realizada em virtude do não comparecimento do convocado.

A comissão aprovou os seguintes requerimentos:

205/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o envio de informações sobre ativos aeronáuticos, registros de propriedade e beneficiários finais vinculados à aeronave de prefixo PP-NLR e à empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

206/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à empresa Prime Aviation Táxi Aéreo e Serviços LTDA (Prime You), o envio de informações sobre a identificação de passageiros relativos à aeronave Embraer Legacy 650, prefixo PP-NLR, abrangendo o período de 1º de janeiro de 2025 até a presente data.

210/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital.

211/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, ao Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, o envio de informações correspondentes e o acesso aos dados e elementos de prova já colhidos nas investigações correlatas ao Banco Master S/A.

212/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

213/2026 - Senador Eduardo Girão - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos telefônico e telemático do Sr. Fabiano Campos Zettel, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2025.

216/2026 - Senador Sergio Moro - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário e fiscal de King Participações Imobiliárias Ltda., referentes ao período de 6 de setembro de 2022 a 28 de fevereiro de 2026.

219/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO, CPF 094.378.048-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

220/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de DANILO BERNDT TRENTA, CPF 008.583.431-93, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

222/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de FABIANO CAMPOS ZETTEL, CPF 027.818.816-86, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

225/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de MOHAMAD HUSSEIN MOURAD, CPF 265.621.358-42, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

226/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de ROBERTO AUGUSTO LEME DA SILVA, CPF 215.652.438-62, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 24 de janeiro de 2026.

228/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Diretor-Geral da Polícia Federal, Andrei Augusto Passos Rodrigues, informações sobre a Operação Compliance Zero.

229/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA. (CNPJ 39.665.366/0001-15), compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 4 de março de 2026.

230/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Muricca Galípolo, informações detalhadas sobre os processos administrativos disciplinares que culminaram no afastamento dos servidores Paulo Sérgio Neves de Souza e Bellini Santana.

231/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de fiscalização do Banco Central.

232/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Senhor Bellini Santana, ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central.

235/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer que seja convidado representante do Instituto Sou da Paz.

236/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa King Participações Imobiliárias, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

237/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal e Relator da PET 15198 e do INQ 5026, André Mendonça, as informações e documentos enviados pela Polícia Federal sobre o óbito de LUIZ PHILLIPI MACHADO DE MORAES MOURÃO, investigado na Operação "Compliance Zero".

238/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Paulo Sérgio Neves de Souza, Servidor Público Federal

239/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Belline

Santana servidor do Banco Central e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária (DESUP).

240/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Leonardo Augusto Furtado Palhares, administrador da empresa Varajo Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal Ltda.

241/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação da Senhora Ana Claudia Queiroz de Paiva, sócia da empresa Super Empreendimentos e Participações S.A.

242/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. Marilson Roseno da Silva, Escrivão de Polícia Federal aposentado.

243/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de King Motors Locação de Veículos e Participações Ltda, referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

244/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Luiz Philippi Machado de Moraes Mourão "Sicário", referentes ao período de 1º de janeiro de 2020 a 5 de março de 2026.

Foram retirados os seguintes requerimentos:

215/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso.

223/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que proceda-se à quebra de sigilo bancário e fiscal de JOÃO INÁCIO RIBEIRO ROMA NETO, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 12ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão;
- 3) Aprovada a ata da 11ª reunião.

18/03/2026

Na presente data, foi realizada a 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Foi realizada a oitiva do Sr. Vladimir Timerman, fundador da Esh Capital. A oitiva do Sr. Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de fiscalização do Banco Central não foi realizada, em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal que facultou a vinda do convocado.

A comissão aprovou os seguintes requerimentos:

215/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso.

224/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs — Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal de Ahmed Mohamad Oliveira, CPF 074.195.818-00, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

245/2026 - Senador Marcos do Val - Requer a convocação da Sra. Martha Graeff, empresária e influenciadora digital.

246/2026 - Senador Sergio Moro - Requer a elaboração de RIF e a quebra de sigilo fiscal e bancário do Arleen Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, CNPJ nº 41.673.442/0001-86, referentes ao período de 9 de fevereiro de 2021 a 29 de janeiro de 2026.

248/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação da Senhora Martha Graeff, influenciadora digital.

249/2026 - Senador Rogério Carvalho - Requer a convocação do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-Governador do estado do Mato Grosso.

250/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer o envio de convite ao Sr. Frederico Murta, Delegado da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso, atual titular da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais (CORE) da Polícia Judiciária Civil daquele Estado, para comparecer a esta CPI.

253/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Accioly, informações e a identificação completa dos beneficiários finais de fundos de investimento exclusivos ou restritos vinculados, geridos ou administrados pelo Banco Master ou pela REAG Investimentos (atual CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), de janeiro de 2022 até o presente. O requerimento foi aprovado com aditamento para que as mesmas informações sejam também solicitadas ao Banco Central do Brasil, à Receita Federal do Brasil e à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

254/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, referentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026.

255/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), e que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático, da empresa Clínica Mais Médicos SA, referentes ao período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026.

259/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

260/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administração de Bem Próprio S.A., referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

262/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Sr. Artur Martins de Figueiredo, sócio da empresa Fraction 024 Administração de Bem Próprio S.A.

263/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs — Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Flavio Daniel Aguetoni, diretor da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A., CPF nº 286.491.528-64, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

265/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação do Sr. João Gustavo Haenel Neto, sócio da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

266/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação do Sr. Flavio Daniel Aguetoni, sócio da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

267/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação da Sra. Thatiane Garcia Silva, sócia da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

268/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação do Senhor Rodolfo Garcia da Costa, sócio da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

269/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação do Sr. Marcus Vinicius da Mata, presidente da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A.

272/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A., compreendendo o período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

275/2026 - Senador Humberto Costa - Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor José Pedro Gonçalves Taques, advogado, ex-Senador e ex-Governador de Mato Grosso, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito em razão de denúncias relacionadas a possíveis irregularidades no sistema de crédito consignado no Estado de Mato Grosso.

276/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo (diretor da empresa

Fraction 024 Administração de Bem Próprio S.A.), referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

Em votação nominal, foram rejeitados os seguintes requerimentos:

218/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal de PAULO ROBERTO NUNES GUEDES, CPF 156.305.876-68, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026;

233/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Sr. Valdemar da Costa Neto, presidente do Partido Liberal.

Foram retirados de pauta os seguintes requerimentos:

221/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal de LETÍCIA CAETANO DOS REIS, CPF 657.724.151-15, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

223/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal de João Inácio Ribeiro Roma Neto, CPF 819.684.424-72, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

227/2026 - Senador Humberto Costa - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário e fiscal de Roberto de Oliveira Campos Neto, CPF 078.602.017-20, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 02 de março de 2026.

256/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Sr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto.

257/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa A&M Consultoria Empresarial Sociedade Unipessoal LTDA., referentes ao período de 28 de dezembro de 2022 a 12 de março de 2026.

258/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a convocação do Sr. Willer Tomaz, advogado.

261/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Willer Tomaz, referentes ao período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024.

264/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer a convocação da Sra. Giselle dos Santos Carneiro da Silva, ex-assessora da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

270/2026 - Senadora Soraya Thronicke - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs - Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Senhora Giselle dos Santos Carneiro da Silva, CPF nº 087.112.627-37, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026.

273/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Ronaldo Vieira Bento, ex-Ministro da Cidadania, referentes ao período de 1º de janeiro de 2022 a 12 de março de 2026.

Foram retirados, em caráter definitivo, os seguintes requerimentos:

277/2026 - Senador Rogério Carvalho - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático do Senhor Francisco Craveiro de

Carvalho Junior, CPF nº 490.291.263-53, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.

278/2026 - Senador Rogério Carvalho - Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, informações constantes de Relatórios de Inteligência Financeira e que se proceda à quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Consult Inteligência Tributária LTDA, CNPJ nº 45.619.280/0001-59, no período de 11/03/2022 a 05/11/2025.

Aprovada a ata da 12ª reunião da Comissão.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 13ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão;
- 3) Listas de votação nominal da 13ª reunião.

24/03/2026

Na presente data, foi realizada a 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva da Sra. Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado. A oitiva do Sr. Bellini Santana, ex-diretor e ex-chefe do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central, não foi realizada, em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal que facultou a vinda do convocado.

Aprovada a ata da 13ª reunião.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 14ª reunião.

25/03/2026

Na presente data, foi realizada a 15ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. José Pedro Gonçalves Taques, ex-governador de Mato Grosso, na condição de testemunha. A oitiva da Sra. Martha Graeff, empresária e influenciadora digital, não foi realizada.

Aprovada a ata da 14ª reunião.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 15ª reunião.

31/03/2026

Na presente data, foi realizada a 16ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Foi realizada a oitiva do Sr. Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador. A oitiva do Sr. Roberto de Oliveira Campos Neto, Ex-presidente do Banco Central do Brasil não foi realizada, em virtude de decisão do Supremo Tribunal Federal que facultou a vinda do convocado.

A Comissão aprovou, em votação simbólica, os seguintes requerimentos:

284/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. Renato Dias de Brito Gomes, ex-diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central do Brasil.

287/2026 - Senador Alessandro Vieira e outros - Requer a convocação do Sr. Yan Felix Hirano, suposto facilitador da fase de colocação de recursos ilícitos no sistema financeiro formal.

290/2026 - Senador Magno Malta - Requer a convocação do Sr. Macário Ramos Júdice Neto, desembargador do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

295/2026 - Senador Rogério Carvalho - Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de informações sobre procedimentos findos ou em andamento que tenham instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Master como parte ou objeto, nos quais os servidores Paulo Sérgio Neves de Souza ou Belline Santana tenham praticado atos de ofício.

296/2026 - Senador Rogério Carvalho - Requer, ao Banco Central do Brasil, o envio de informações sobre o Processo nº 156967, referente à transferência do controle societário do Banco Máxima S.A. e de sua controlada.

298/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o envio de informações acerca da operação de crédito e subscrição de debêntures no valor de R\$ 5,05 bilhões destinadas à Concessionária Nova Rota do Oeste.

299/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Sr. Cláudio Bomfim

de Castro e Silva, ex-Governador do Rio de Janeiro.

300/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer, à Força Aérea Brasileira, o envio de informações com os dados dos planos de voos, do ano de 2025, das aeronaves Gulfstream G700 (prefixo aeronáutico PSMGG), Dassault Aviation Falcon 7X (prefixo aeronáutico PSFST), Gulfstream GVSP/G550 (prefixo aeronáutico PRPSE) e Dassault Aviation Falcon 2000 (prefixo aeronáutico PPCFF).

310/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Exmo. Sr. Ibaneis Rocha Barros Junior, Governador do Distrito Federal.

A Comissão aprovou, em votação nominal, os seguintes requerimentos:

301/2026 - Senador Fabiano Contarato - Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o envio de Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Kairos Fip EE, no período de 1º de janeiro de 2020 a 20 de março de 2026.

302/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Artur Martins de Figueiredo, no período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 276/2026, aprovado em 18/03/2026)

303/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Marcus Vinicius da Mata, CPF 184.805.378-92, presidente da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A., no período de 1º de janeiro de 2022 a 13 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 272/2026, aprovado em 18/03/2026)

304/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Prime Aviation Participações e Serviços S.A., no período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. (Mesmo teor do REQ 259/2026, aprovado em 18/03/2026)

305/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao COAF o envio de RIF e a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Clínica Mais Médicos S.A., no período de 1º de janeiro de 2021 a 13 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 255/2026, aprovado em 18/03/2026)

306/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao COAF o envio de RIF e a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do fundo Laguz I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, no período de 1º de janeiro de 2019 a 11 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 254/2026, aprovado em 18/03/2026)

307/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao COAF o envio de RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Ahmed Mohamad Oliveira, no período de 1º de janeiro de 2022 a 2 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 224/2026, aprovado em 18/03/2026)

308/2026 - Senador Humberto Costa - Requer ao COAF o envio de RIF e a transferência dos sigilos bancário e fiscal do Sr. Fabiano Campos Zettel, no período de 1º de janeiro de 2022 a 2 de março de 2026. (Mesmo teor do REQ 222/2026, aprovado em 11/03/2026)

309/2026 - Senador Humberto Costa - Requer a transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Fraction 024 Administração de Bem Próprio S.A., no período de 3 de fevereiro de 2023 a 30 de abril de 2024. (Mesmo teor do REQ 260/2026, aprovado em 18/03/2026)

As votações realizadas de forma nominal, relativas à transferência de sigilo, referem-se a requerimentos previamente aprovados pela Comissão, à exceção do Requerimento nº 301/2026, que constitui proposição inédita. A adoção de votações individualizadas e nominais observa o entendimento do Supremo Tribunal Federal (HC 268.954).

A comissão aprovou, extrapauta, o seguinte requerimento:

252/2026 - Senador Alessandro Vieira - Requer a convocação do Senhor Roberto Campos Neto, ex-Presidente do Banco Central, para prestar depoimento perante a CPI do Crime Organizado.

Aprovada a ata da 15ª reunião da Comissão.

Juntados:

- 1) Lista de presença da 16ª reunião;
- 2) Decisão da Comissão;
- 3) Listas de votação nominal da 16ª reunião.

07/04/2026

Na presente data, foi realizada a 17ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais. A oitiva do Sr. Ibaneis Rocha, advogado e ex-governador do Distrito Federal, não foi realizada.

Aprovada a ata da 16ª reunião.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 17ª reunião.

08/04/2026

Na presente data, foi realizada a 18ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado. Na ocasião, ocorreu a oitiva do Sr. Gabriel Galípolo, Presidente do Banco Central do Brasil. A oitiva do Sr. Roberto Campos Neto, Ex-presidente do Banco Central do Brasil, não foi realizada.

A comissão aprovou extrapauta o seguinte requerimento:

313/2026 - Senador Eduardo Girão - Solicita informações ao Banco Central.

Aprovada a ata da 17ª reunião.

Juntada:

- 1) Lista de presença da 18ª reunião.
- 2) Decisão da comissão

14/04/2026

Na presente data, foi realizada a 19ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado, na qual se procedeu à apreciação do Relatório Final da Comissão. Na deliberação, foram registrados 4 votos favoráveis, 6 contrários e nenhuma abstenção, resultando, assim, na rejeição do relatório. Foram aprovadas as atas da 18ª e 19ª reuniões.

Juntados:

- 1) Lista de presença;
- 2) Relatório de autoria do Senador Alessandro Vieira; e
- 3) Lista de Votação Nominal do Relatório.

15/04/2026

Juntado o Ofício nº 249/2026 - CPICRIME, que comunica o encerramento da CPI do Crime Organizado.